

MÁRCIA KAMBEBA: VOZES E MEMÓRIAS DA FLORESTA AMAZÔNICA NA POESIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Data de aceite: 01/02/2024

José Benedito dos Santos

Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de Brasília (UnB). Professor Efetivo de Língua Portuguesa da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas (SEDUC/AM)

A literatura indígena de autoria feminina despontou, no Brasil, entre o final dos anos 1970, tendo como um dos marcos o poema *Identidade indígena* escrito por Eliane Potiguara, em 1975. Todavia, esse poema só viria a ser incluído na primeira edição de *Metade Cara, Metade Máscara publicada em 2004*. Conforme o pesquisador Pedro Mandagará, “a escolha do poema ‘*Identidade indígena*’, de Eliane Potiguara, como marco inicial significa valorizar a literatura para além do livro publicado e defender a especificidade da mulher indígena como produtora de cultura e conhecimento”.

Na década de 1980, com a publicação da obra *Antes o Mundo Não Existia*, de Firmiano Arantes Lana e Luis Gomes Lana (escritores indígenas da etnia

Dessana do Alto Rio Negro/Amazonas), os quais registram a presença/existência dos povos originários da Amazônia, no mapa identitário brasileiro, além de encorajar outros escritores indígenas a publicarem seus escritos.

A partir de então, a literatura produzida por escritores indígenas tem sido gradativamente divulgada no Brasil e exterior em congressos, simpósios, publicações pelo mundo. Além da participação significativa de representantes indígenas, em vários eventos literários no Brasil e no exterior. Acrescente-se a isso a atenção dada ao fenômeno da literatura de autoria indígena, temática discutida pelos vários grupos de pesquisa que surgiram no país, das dissertações e teses defendidas no âmbito das universidades brasileiras, de artigos científicos, ensaios e entrevistas sobre o tema, disponíveis em jornais, revistas e sites especializados, em material impresso ou *on-line*.

No Amazonas, a literatura indígena de autoria feminina tem início na segunda do século XXI, com a publicação da obra

Com a Noite Veio o Sono (2011), Lia Minapoty, que produz uma literatura para o público infantojuvenil.

Em 2013, surge o livro *Ay Kakyritama: Eu Moro na Cidade* (2018 [2013]), de Márcia Wayna Kambeba, objeto deste breve estudo, no qual encontra-se os vestígios de resistência cultural nas entrelinhas dos poemas, na voz do sujeito poético, nos vazios, e adentram numa poesia que supera os aspectos de cunho histórico, social, sentimental, político e econômico, para sedimentar, na poética das vozes da cidade e nas memórias da floresta a (re)construção identitária da etnia Omágua/Kambeba silenciada por mais de cinco séculos de colonização europeia na Amazônia e, por sucessivos governos brasileiros até o presente.

Ao construir sua poética das vozes da cidade e das memórias da floresta, Márcia Wayna Kambeba rompe, com a tradição de representação do ser indígena amazônida/ brasileiro como sujeito subalterno. Metaforicamente, essa poeta une as duas pontas da História e da Literatura produzida no Amazonas: a do relato mítico de Gaspar Carvajal sobre as guerreiras Amazonas que eram mulheres autossuficientes, as etnias indígenas amazônicas/brasileiras contemporâneas e a própria poeta, que procuram agir e viver de forma autônoma. Também a travessia do rio Solimões e do Amazonas, realizada por Márcia Wayna Kambeba, até alcançar Belém do Pará para morar, sugere uma vontade política de pôr um fim à invisibilidade histórica que paira sobre a etnia Omágua/Kambeba e, por sua ousadia de não se tornar invisível, transforma-se numa porta-voz da luta de todos os povos indígenas brasileiros que tiveram suas identidades sequestradas por 500 anos de opressão. Primeiramente, posta em prática pelo regime colonial. Depois, ampliada pelos descendentes desses antigos colonizadores que passaram a governar o Brasil.

AFINAL, O QUE É LITERATURA DE AUTORIA INDÍGENA?

Na literatura brasileira contemporânea, conforme Alfredo Bosi, “há lugar também para outros espaços e tempos e, portanto, para diversos registros narrativos” (BOSI, 1994, p. 437), especialmente os da literatura de autoria indígena. Por esse ponto de vista é possível aderir ao que postula o referido crítico sobre a pluralidade cultural brasileira: “O que conta e deve sobreviver na memória seletiva da história literária é o *pathos* feito de imagem e macerado pela consciência crítica” (BOSI, 2011, p. 438). Por sua vez, Machado de Assis (1873), no ensaio denominado *Instinto de nacionalidade*, tece o seguinte comentário:

Não há dúvida de que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferecem a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda que trate de assuntos remotos no tempo e no espaço (ASSIS, 1873, p. 1-7).

A Literatura de autoria indígena ainda é um termo que não apresenta consenso em seu uso, entre os pesquisadores. Alguns a denominam, apenas, de literatura brasileira, outros de “escritura indígena”. Optamos por utilizar neste trabalho o termo Literatura de autoria indígena. Afinal, o que é a literatura indígena?

Daniel Munduruku (2016) assegura:

é uma literatura escrita por indígenas; há uma identidade nessa produção literária. É uma produção voltada para crianças e jovens, comprometida com a conscientização da sociedade brasileira sobre os valores que os povos originários carregam consigo, apesar dos cinco séculos de colonização [...], nossos escritos são literaturas, sim. E são indígenas, sim MUNDURUCU, 2016, s/p.)

Conforme postula Graúna (2013, p. 54-55), a busca da palavra, mais precisamente a luta dos povos indígenas pelo direito à palavra oral ou escrita configura um processo de (trans)formação e (re)conhecimento para afirmar o desejo de liberdade de expressão e autonomia e (re)afirmar o compromisso em denunciar a triste história da colonização e os seus vestígios na globalização [...]. No cânone, essa literatura não aparece mencionada; seu lugar tem sido, até agora, a margem.

Contrariamente à ideia positivista de que “Não se pode julgar a história”, pode-se ao menos reconhecer os erros do passado. Insistir na heroicidade de ações que causaram a fragmentação identitária de comunidades indígenas e africanas (e muitas vezes o extermínio) — como foram os atos do colonialismo europeu, decorrente da colonização tanto na Amazônia brasileira quanto na África — é não perceber que nenhum povo tem o direito, sob qualquer “pretexto”, de dominar outro povo. Nada muda o passado, mas trata-se de um importante ato simbólico.

Janice Thiél (2012), ao tratar sobre o entrelugar da literatura de autoria indígena, no sistema literário brasileiro, diz que:

As textualidades indígenas estão abertas às redes de relações que congregam o local e o global e os autores indígenas transitam por espaços tribais, mas também urbano; ou seja, estão localizados em espaços culturais ancestrais, além de dialogarem com culturas cosmopolitas. Por tudo isso, seu espaço de produção pode ser simbólica e concretamente representado por uma rede (THIEL, 2012, p. 77).

Desse modo, a literatura de autoria indígena contemporânea tem, como objetivo denunciar os efeitos negativos da colonização portuguesa imposta aos povos originários da Amazônia, para tanto, Márcia Wayna Kambeba propõe a desconstrução do discurso colonial, como também, a reescrita da história, a compreensão de identidade e cultura, assimilação, resistência, retorno à cultura ancestral, a participação dos escritores indígenas amazônicos/brasileiros como agentes efetivos na criação de uma literatura de autoria indígena, a diversidade cultural da região, a apropriação da Língua Portuguesa como sua, o imbricamento entre história, literatura, espaço geográfico/territorial como elemento

construtor das identidades, a inclusão das etnias indígenas no mapa cultural e identitário brasileiros, além de propor que a mulher e o homem indígenas deixem de ser objeto de estudo estereotipado pela cultura hegemônica, para se tornarem escritores/protagonistas de sua história ancestral.

Quando os(as) escritores(as) indígenas contemporâneos(as) recorrem aos mitos, aos cânticos e às lendas do seu povo e buscam transmitir essas manifestações de conhecimento à outra cultura, pressupõe-se que mostram consciência a respeito da escrita como manifestação transformadora. Isso demonstra que é inevitável o diálogo interétnico, um processo que vem de tempos remotos. Reconhecer a propriedade intelectual indígena implica respeitar as várias faces de sua manifestação. Isso quer dizer que a noção do coletivo não está dissociada do livro individual de autoria indígena; nunca esteve, muito menos agora com a força do pensamento indígena configurando diferenciadas(os) estantes e instantes da palavra. Ao tomar o rumo da escrita no formato de livro, os mitos de origem indígena não perdem a função, nem o sentido, pois continuam sendo transmitidos de geração em geração, em variados caminhos (GRAÚNA, 2013, p. 172).

Ay Kakyritama: Eu moro na cidade (2018) constitui-se de poemas escritos a partir das experiências diaspóricas e acadêmicas da poeta, além de dialogar com outras narrativas publicadas por várias mulheres escritoras que se autodeclaram indígenas, como Eliane Potiguara, Graça Graúna, Lia Minapoty, entre outras. Publicada na segunda década do século XXI, tem em comum com o Romantismo e o Modernismo brasileiros, em certa medida, a escolha do indígena como símbolo da identidade brasileira. Para tanto, a poeta se utiliza da categoria autorrepresentação literária do indígena iniciada, na literatura brasileira, na década de 1970.

É poeta, cantora, compositora, fotógrafa, ensaísta, ativista, palestrante da causa indígena brasileira, além de utilizar a arte (literatura, poesia, música, fotografia), para falar das causas indígenas amazônicas. É graduada e tem Mestrado em Geografia, e realiza palestras, oficinas, contação de histórias, saraus no Brasil e no exterior. Atua na educação dos sujeitos indígenas e não indígenas. Tem os seguintes livros publicados: *Ay Kakyritama: Eu moro na cidade* (2018), *O lugar do saber* (2020), *Saberes da floresta* (2020), *O lugar do saber ancestral* (2021) e *Kumiça Jenó: narrativas poéticas dos seres da floresta* (2021). De acordo com as informações constantes nas aparatas da primeira e reiteradas na segunda edição de que *Ay Kakyritama: Eu Moro na Cidade* (2018) “apresenta poemas relacionados à pesquisa de mestrado” intitulada *Reterritorialização e identidade do povo Omágua/Kambeba na aldeia Tururucari-Uka*, defendida por Márcia Wayna Kambeba, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas.

Na apresentação de *Palimpsestos: a Literatura de Segunda Mão* (2010), de Gérard Genette, lê-se que um *palimpsesto* é um pergaminho cuja primeira inscrição foi raspada para se traçar outra, que não a esconde de fato, de modo que se pode lê-la por transparência, o antigo sob o novo. Assim, no sentido figurado, entende-se por *palimpsestos* (mais

literalmente: intertextos) todas as obras derivadas de uma obra anterior, por transformação ou por imitação. Dessa literatura de segunda mão, que se escreve através da leitura, o lugar e a ação no campo literário geralmente, e lamentavelmente, não são reconhecidos (GENETTE, 2010, p. 7).

Partindo da tese de que a história pode ser interrompida, apropriada, transformada, por meio da prática artística literária, a autora Márcia Wayna Kambeba adota a poesia como estratégia literária pós-colonial, não só para refletir criticamente sobre ancestralidade, reterritorialização e identidade do povo Omágua/Kambeba, mas também, para denunciar o processo de extermínio, apagamento identitário, aculturação, efetivados pelos colonizadores europeus contra os indígenas amazônicos/ brasileiros, até o presente. Assim,

[a] literatura indígena funda uma voz-práxis autoral que, por meio de um relato autobiográfico, testemunhal e mnemônico dos oprimidos por si mesmos, das vítimas por si mesmas, das minorias por si mesmas, permite a politização direta, radical, inclusiva e participativa de nossa sociedade, de suas instituições, de seus sujeitos sociopolíticos, de suas relações, de suas práticas e de seus valores, refundando, reconstruindo a história de nossa sociedade a partir da participação dessas vítimas silenciadas, invisibilizadas e privatizadas por nossa história oficial (DANNER; DORRICO; DANNER, 2018, p. 317).

A poeta Márcia Wayna Kambeba, como ativista da causa indígena amazônica, suas ações parecem confluir para o conceito de *descolonização do poder* (Quijano, 2005), *descolonização do saber, reinvenção do poder* (Souza Santos, 2010), *descolonização do ser* (primeiramente pensada por Walter Mignolo e, posteriormente, desenvolvida por Maldonado -Torres, 2008). Além do mais, essa obra nos convida a refletir criticamente sobre o lugar atual dos povos indígenas brasileiros e latino-americanos, na sociedade contemporânea, pois

[o]s poemas decoloniais que buscam ajudar as pessoas a compreender a importância de se conhecer e ajudar os povos, para que não sejam completamente dizimados, em seu território sagrado, em sua cultura, em sua ciência. Os povos indígenas têm o mesmo ideal de conservar a cultura originária, como herança ancestral. Sempre em contato com a Natureza, da qual se sentem parte integrante (KAMBEBA, 2018, p. 11).

A leitura da obra *Ay Kakyritama: Eu Moro Na Cidade* (2018) pode ser feita, de maneira extrínseca, desde a capa, passando pelos excertos que compõem as aparatas (antigas orelhas), as fotografias e contracapa. A capa traz a fotografia de uma adolescente feminina da etnia Omágua/Kambeba, que emerge das águas, ladeada por duas árvores e, ao fundo, pelo verde da floresta que reflete nas águas do igapó. Aqui, temos a presença de três elementos caros à civilização: a natureza, a figura feminina e a água — símbolos da fertilidade.

Márcia Wayna Kambeba, então, traz a lume as histórias silenciadas da etnia Omágua/Kambeba, que se encontra às margens, por mais que seja parte integrante da cultura e da identidade nacional. A segunda edição (2018) foi publicada por uma editora de São Paulo

que, para atender as exigências do mercado editorial brasileiro, realiza várias alterações. Os textos dos poetas amazonenses e paraenses que faziam parte da primeira edição foram excluídos. Desse modo, a poeta traz a valorização da autoidentificação como membro da etnia Kambeba e, marcadamente traço dessa cultura a poesia oral e o palimpsesto que mostra como o indígena Kambeba aparece integrado ao ecossistema, denuncia, critica, reconhece a existência com base na interculturalidade.

Na primeira edição do livro, a fala é coletiva, porque trazem os poemas de outros poetas e amigos. Mesmo que, na segunda edição, os poemas dos seus amigos tenham sido retirados, talvez por questões de direitos autorais, porque nós ocidentais exigimos que uma obra seja autoral deve ter apenas as ideias de um autor. Ainda assim, na segunda edição a voz da poeta Márcia Wayna Kambeba continua sendo coletiva, pois mostra a tradição de seu povo. Sua poética, portanto, se constrói para além do cânone.

O prefácio desta segunda edição é assinado pelo poeta, professor, pesquisador Miguel Antônio D'Amorim Junior, que desenvolveu sua pesquisa de mestrado tendo como objeto de estudo o livro *Ay Kakyritama: Eu Moro na Cidade* (2018), de Márcia Wayna Kambeba. No prefácio, temos:

As poesias [de Márcia Kambeba] reúnem a força do rio Amazonas, o encanto da floresta, o sabor do açaí, a voz dos ancestrais, o silêncio do guerreiro, o poder originário da água, a alma sagrada da samaumeira: árvore da vida e a resistência da terra-mãe que amamenta os filhos das águas do Solimões e demais filhos existentes nesse país (D'AMORIM JUNIOR, 2018, p. 15).

Na feliz expressão do historiador e professor Benedito Maciel, da Universidade Federal do Amazonas, a obra de Márcia Wayna Kambeba “é uma flecha que rasga o tempo da história e quebra o silêncio monstruoso que protege aqueles que se sentem vencedores” (MACIEL, 2013, p. 15). É o que nos explica Orlandi (2007, p. 81):

caso do contato cultural entre índios e brancos, o silenciamento produzido pelo Estado não incide apenas sobre o que o índio, enquanto sujeito, faz, mas sobre a própria existência do sujeito índio. E quando digo Estado, digo Estado brasileiro do branco. Estado que silencia a existência do índio enquanto sua parte e componente da cultura brasileira. Nesse Estado, o negro chega a ter uma participação. De segunda classe é verdade, mas tem uma participação, à margem, o índio é totalmente excluído. No que se refere à identidade cultural, o índio não entra nem como estrangeiro, nem sequer como antepassado.

VOZES E MEMÓRIAS DA FLORESTA AMAZÔNICA NA POESIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Quando iniciamos a leitura do primeiro poema *Ay Kakyritama: Eu Moro Na Cidade* (2018), somos levados a indagar: indianismo ainda? Pergunta que provoca outras, mais pertinentes: teriam, por acaso, sumido para sempre as práticas simbólicas de comunidades indígenas inteiras que viveram e vivem na floresta Amazônica, só porque uma parte da

região entrou no ritmo da industrialização e do capitalismo internacional? É lícito subtrair ao escritor indígena, que nasceu e cresceu em uma aldeia, o direito de recriar o imaginário da sua infância e de seus antepassados, pelo fato de eles serem graduados numa universidade ou digitar os seus textos em um computador? Mas basta abrir ao acaso o livro de poemas *Ay Kakyritama: Eu Moro na Cidade* (2018), de Márcia Wayna Kambeba, para entender a necessidade dessa escritora assumidamente indígena para registrar, no suporte livro, os fatos de sua memória individual e a memória coletiva da etnia Omágua/Kambeba à qual se autodeclara pertencer

O poema “Ay Kakyritama” que abre o livro apresenta a primeira estrofe com quatro versos escritos em Tupi-Guarani, seguido da tradução: “Eu moro na cidade / Esta cidade também é nossa aldeia, / Não apagamos nossa cultura ancestral, / Vem, homem branco, vamos dançar nosso ritual”. Trazendo, assim, para o centro da discussão as temáticas que falam sobre Identidade, Etnia, Ancestralidade, Memória, Territorialidade, Desterritorialização, Resistência.

A poeta Márcia Wayna Kambeba faz parte de um pequeno grupo de “indígenas que vivem nas grandes cidades e trilham o mundo acadêmico. Há um segundo tipo, que manteve contato maior com a cidade sem a academia. E, o terceiro perfil de escritor-indígena é aquele que vive em sua comunidade e faz o resgate da oralidade dos mais velhos” (SOUZA, 2009, p. 22). Já no poema “Ser indígena – ser Omágua”, a poeta discute sobre resistência e reafirmação da cultura ancestral indígena. Ainda que esta cultura tenha sido apagada pela colonização, os hábitos culturais foram preservados pelas mulheres e homens mais velhos da etnia. Na primeira estrofe, a poeta diz: “Trago em meu peito/ as dores e as alegrias do povo Kambeba/ e na alma, a força de reafirmar a/ nossa identidade/ que há tempo ficou esquecida/ diluída na história/ Mas hoje, revivo e resgato a chama/ ancestral de nossa memória”. A poeta reafirma seu propósito político de resgatar por meio da escrita a história, a cultura da etnia Omágua/Kambeba, em geral dos povos originários do Brasil.

Para Zumthor (2007, p. 97), “o passado se oferece a nós como uma mina de metáforas com a ajuda das quais, indefinidamente, nós nos dizemos”. Por outro lado, Graúna (2013, p. 15), argumenta que “nesse processo de reflexão, a voz do texto mostra que os direitos dos povos indígenas de expressar seu amor à terra, de viver seus costumes, sua organização social, suas línguas e de manifestar suas crenças nunca foram considerados de fato. Mas, apesar da intromissão dos valores dominantes, o jeito de ser e de viver dos povos indígenas vence o tempo: a tradição literária (oral, escrita, individual, coletiva, híbrida, plural) é uma prova dessa resistência”.

Desse modo, o poema “Árvore da vida” recupera os mitos de origem que constituem a cultura da etnia Omágua/Kambeba, como a Samaumeira (grande mãe que cura e protege) e o grande Rio (gota d’água) responsáveis pelo surgimento da figura feminina e masculina. Além de apresentar os mitos de origem da etnia Omágua/Kambeba. Para Eliade (2016, p.

26), “os mitos de origem prolongam e completam o mito cosmogônico: eles contam como o Mundo foi modificado, enriquecido ou empobrecido”. Com a chegada da colonização europeia na Amazônia, a cultura da etnia Omágua/Kambeba foi silenciada.

Ao eleger a floresta Amazônica, os rios Solimões e Amazonas, as águas, como espaço geográfico na construção da identidade indígena, para a produção dos primeiros discursos poéticos escritos do ponto de vista e do lugar de fala do próprio indígena, a poeta Márcia Wayna Kambeba assume o papel de contadora de histórias outras.

O poema “Território ancestral” denuncia a violência colonial, a invasão de terra, extermínio, diáspora, a tentativa de apagamento da cultura indígena. Além de discutir a respeito do encontro nefasto entre os povos originários da Amazônia e o colonizador português. Nesses confrontos, os indígenas foram vencidos pela superioridade das armas de fogo do invasor. Com isso, foram escravizados, tiveram que renegar sua cultura, como também aqueles indígenas que não concordaram com este novo modo de vida se dispersaram pela floresta, outros foram assassinados.

No poema “Minha memória, meu legado”, a poeta Márcia Wayna Kambeba cede a palavra ao homem mais velho (biblioteca viva e/ou repositório do conhecimento de sua tribo) que fala sobre a trajetória da etnia Omágua/ Kambeba, para então, questionar a narrativa oficial, relatando as inúmeras batalhas contra o invasor, rememorando os mitos e as lendas amazônicas, como também, descreve o modo de vida dos Omágua/Kambeba, antes, durante e depois da invasão do colonizador, as quais têm como objetivo registrarem a existência e fixarem a identidade sociocultural dessa etnia.

Paradoxalmente, o Tuxaua Valdomiro Cruz usa “a língua do colonizador para denunciar e expor as estratégias da colonização e para retrucar ao Outro, com os mesmos métodos pelos quais os colonizados foram reduzidos à alteridade, à objetificação e à degradação cultural” (BONNICI, 2012, p. 11). Para o filósofo Walter Benjamin, “nunca houve um momento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura” (BENJAMIN, 1994, p. 225). Desse modo, quando o indígena se torna objeto e sujeito de sua escritura, começa a construir sua própria história.

O poema “Os filhos das águas do Solimões” discute sobre os ciclos das águas e as consequências disto a partir das enchentes (destruição das lavouras/plantações) e a várzea (abundância de alimentos), mas também como espaço de moradia, além da escravização e dispersão da etnia Omágua/Kambeba. Por sua vez, o poema “Natureza em chama” discorre sobre a destruição da Amazônia pelo desmatamento e as queimadas da floresta causadas pelos empresários brasileiros do Agronegócio. Assim sendo, Kambeba traz para o centro da discussão o tema da preservação da Natureza, como fator primordial para a sobrevivência da espécie humana.

Na contemporaneidade, a Amazônia enfrenta a devastação do meio ambiente, atividade extrativa predatória, os etnocídios, os genocídios praticados contra os povos

originários do Brasil, que são marcas de uma realidade que mudou muito pouco, repetindo o processo histórico de exploração das riquezas do território brasileiro. Na atualidade, os empresários brasileiros ligados ao agronegócio dispõem de um grupo de assassinos que estupram, matam, ateam fogo em aldeias e florestas, garimpeiros que invadem terras já demarcadas para expulsar/exterminar mulheres e homens indígenas vistos, como entraves para o suposto desenvolvimento do país.

Literariamente, a obra de Márcia Kambeba é relevante, porque essa poeta amazonense, brasileira, assumidamente indígena da etnia Omágua/Kambeba, ao restituir por meio da literatura a “*Identidade negada e o rosto desfigurado*” dos povos originários da Amazônia Brasileira jogando por terra o que o regime colonial europeu determinou para a etnia Omágua/Kambeba: o silenciamento e/ou a invisibilidade identitária.

Assim sendo, a poeta Márcia Wayna Kambeba quebra a barreira da invisibilidade, desconstruindo, desse modo, a ideia de que o indígena é um sujeito subalterno, ao escrever a partir do ponto de vista e do lugar de fala da mulher autóctone. Os poemas “Falando da importância do meu povo” — que versa sobre os hábitos culturais dos povos que vivem na floresta *versus* os costumes internalizados pelos indígenas que residem na cidade — e “Minha rotina também já mudou” — o qual é registrado no suporte livro, tem como objetivo a preservação da cultura milenar da etnia Omágua/Kambeba.

Nesse sentido, ela assume o papel de contadora de história da sua memória individual e reverbera a memória coletiva da etnia, as lembranças de seu lugar de origem por meio do poema “De um lugar que eu nunca esqueci”; assim como a resistência identitária com “Mantenho meu ser indígena”. Renato Ortiz declara que “Não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos” (ORTIZ, 2006, p. 8). No caso da poeta indígena Márcia Wayna Kambeba, ao transportar as narrativas orais da etnia Omágua/Kambeba em forma de poesia para o suporte livro, ela quebra a barreira da invisibilidade que paira sobre a cultura indígena brasileira, desde o século XVI, para então, construir sua visibilidade identitária, social e literária. Ao resgatar a cultura ancestral da etnia Omágua/Kambeba, quase apagada pela colonização, ela rememora sua história e garante que ela alcance outros lugares e pessoas por meio de sua leitura. Dessa maneira, a autora assume o papel de contadora de histórias que escolheu a literatura como estratégia, em particular a poesia, para reconstruir as suas e as histórias da etnia Omágua/Kambeba. Para ela, os registros escritos são uma possibilidade de perpetuar a memória dos povos indígenas da Amazônia, em geral do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Machado de. Instinto da nacionalidade. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/355080/mod_resource/content/1/machado.%20instinto%20de%20nacionalidad.e.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.
- BONNICI, Thomas. *O Pós-Colonialismo e a Literatura: estratégias de leitura*. Maringá: EdUEM, 2012.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.
- D'AMORIM JUNIOR, Miguel Antonio. *O encanto e o encontro com uma voz da poesia indígena brasileira e os ecos íntimos do leitor em sala de aula*, sob a orientação do professor Lourival de Holanda. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, 2019.
- DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). *Literatura Indígena Brasileira Contemporânea*. Porto Alegre: Fi, 2018.
- ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. Trad. de Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- GRAÚNA, Graça. *Contrapontos da Literatura Indígena Contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.
- GENETTE, Gérard. *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*. Trad. de Cibele Braga. Belo Horizonte: Edições Viva Voz, 2010.
- KAMBEBE, Márcia Wayna. *Ay Kakyritama: eu moro na cidade*. Poemas. 2 ed. São Paulo: Polén, 2018.
- MACIEL, Benedito. Apresentação. In: KAMBEBE, Márcia Wayna. *Ay Kakyritama: eu moro na cidade* (Poemas e crônicas). Manaus: Grafisa, 2013.
- MANDAGARÁ, Pedro. Uma forma de ver as literaturas das mulheres indígenas. Suplemento Cultural do Diário Oficial do Estado de Pernambuco. 06 jun. 2018. Disponível em: <http://www.suplementopernambuco.com.br/artigos/2100-uma-forma-de-ver-as-literaturas-das-mulheres>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- SOUZA, Kelly de. Tupi or not tupi? A identidade do Brasil pré-colonial na obra de autores de indígenas e escritores indigenistas. Revista da Cultura, n. 21, abr. 2009. Disponível em: <http://www.revistadacultura.com.br:8090/>. Acesso em: 24 mar. 2019.
- THIÉL, Janice. *Pele Silenciosa, Pele Sonora: a literatura indígena em destaque*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- ZUMTHOR, Paul. *A Letra e a Voz: a literatura medieval*. Trad. de Amálio Pinheiro, Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.